



Curso Pregão Eletrônico Lei 10.520 em Curitiba

O Pregão, diferentemente das outras modalidades licitatórias, está previsto na Lei nº 10.520/02, lei está que surgiu para complementar a Lei nº 8.666/93

Para que a Administração Pública possa exercer suas atividades com eficiência e eficácia e para o bom funcionamento do interesse público é necessário que ela se provenha de bens e serviços fornecidos por terceiros. A Administração Pública não pode realizar a compra ou contratação de serviço de maneira discricionária sem obedecer a determinadas regras, e portanto, se faz necessário a utilização prévia de um processo seletivo formal para que se possa chegar a melhor opção de contrato, bem como tornar mais claro e ético o processo da engrenagem pública. Isto porque não se pode deixar ou livre arbítrio do administrador os contratos públicos sob pena de desmoralização e risco de corrupção visto que uma margem como a que se pode antever daria ampla liberdade para que isto pudesse de fato ocorrer.

Desta maneira vale-se a Administração Pública do Procedimento licitatório. Instituto jurídico que precede o próprio contrato e visa a escolha da melhor proposta para a aquisição de bens e serviços por parte da Administração Pública. Mitigando os riscos já mencionados e dando a oportunidade de que várias propostas distintas possam ser feitas para que, respeitando o princípio da isonomia entre os participantes, se possa escolher a melhor proposta dentre as demais.

A forma eletrônica do pregão está regulamentada pelo Decreto nº 5.450/05 e tem por base o uso de tecnologia de informação, utilizando-se a **internet** para atingir sua finalidade. Dispensa-se, portanto a presença física do licitante na sessão, pois a disputa acontece de forma **virtual**, bastando, portanto, apenas que os licitantes estejam acessando a internet de qualquer lugar do mundo, desde que estejam devidamente credenciados para tal. Portanto, isto torna o Pregão Eletrônico uma forma mais célere e menos dispendiosa de Licitação, além é claro de tornar o processo mais transparente, pois o processo fica de fácil acesso na internet, podendo ser visto em qualquer tempo.



Objetivos

Permitir aos agentes públicos, principalmente aos responsáveis pela área de compras, fiscais de contratos, controle interno, assessores jurídicos, fornecedores e demais profissionais envolvidos na licitação, via pregão eletrônico, uma visão teórica e prática do procedimento de contratação governamental.

Público alvo

Fornecedores, agentes públicos, principalmente aos responsáveis pela área de compras, fiscais de contratos, controle interno, assessores jurídicos e demais profissionais envolvidos na licitação.

Benefícios

Ao concluir esta capacitação o participante irá:

- Estar apto, através de uma visão teórica e prática, para interagir com todos procedimentos de contratação governamental;
- Obter conhecimento de todo o processo/procedimento e legislação sobre Licitações e Contratações Administrativas;
- Ter uma visão detalhada sobre todas as implicações da (LEI COMPLEMENTAR Nº 147, DE 7 DE AGOSTO DE 2014) que altera a Lei Complementar 123/2006 de ME e EPP nas licitações públicas;
- Aprender a executar as compras diretas sem licitação (Dispensa / Inexigibilidade);
- Ter excelente aprofundamento a respeito do Sistema de Registro de Preços (SRP);
- Adquirir excelente conhecimento sobre o pregão presencial e eletrônico bem como sobre negociação em licitações;
- Conhecer toda a documentação necessária para participação em licitações, bem como para o registro cadastral em órgãos públicos; ficará a par dos principais e mais embasados recursos administrativos utilizados nas licitações;
- Obter conhecimento nas regras de *compliance* da administração pública;
- Estar totalmente informado sobre os contratos administrativos e sua gestão.



Metodologia de ensino

Ação educacional com forte conteúdo prático.

Níveis de Avaliação

Reação: nível de satisfação dos participantes em relação à ação educacional aplicada logo após o seu término.

Formas de Avaliação da Aprendizagem

Avaliação do tipo Formativa com função de orientar, corrigir, informar sobre a aprendizagem do participante da ação através de feedbacks.

Pré-requisitos

Não há pré-requisitos específicos.

Material Didático

- Apostila contendo os slides;
- Apostila resumo dos tópicos;
- Estudos de caso;
- Uso de flip-chart.

Conteúdo Programático

Unidade	Objetivo	Conteúdo
1	INTRODUÇÃO A LICITAÇÕES	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Finalidade da Licitação; ▪ Objetivo; ▪ Legislação: Visão geral e aplicabilidade; ▪ Princípios da Licitação; ▪ O que, Por que, Quem, Deve licitar? ▪ Quem não pode participar da Licitação? ▪ Processo Administrativo Interno (Fase Preparatória); ▪ Fase Externa ou Executória; ▪ Infrações e Sanções em Licitações – com as alterações da Lei Anticorrupção – Lei 12.846/2013.
2	TERMO DE REFERÊNCIA	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Escolha da modalidade de licitação; ▪ Descrição do objeto; ▪ Elaboração do Termo de Referência.
3	AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A aplicabilidade das normas licitatórias da LC 123; ▪ Lei Complementar Nº 147, de 7 de agosto de 2014.
4	O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Conceito; ▪ Quando Realizar um SRP? ▪ Características; ▪ Não cabe SRP; ▪ Atores no SRP; ▪ A Ata de Registro de Preços; ▪ Órgão Carona (Extraordinário).

<p>5</p>	<p>MODALIDADES DE LICITAÇÃO</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Exceções: Dispensa e Inexigibilidade; ▪ Pregão Presencial / Eletrônico: <ul style="list-style-type: none"> ○ Conceito e Aplicação; ○ Prazo de Publicação; ○ Limites de Compra; ○ O termo: “bens e serviços comuns”; ○ Fundamentos Jurídicos; ○ Principais diferenças entre o pregão presencial e o pregão eletrônico; ○ Análise e identificação de possíveis melhorias nos processos de contratação; ○ Proposta de implementação imediata de sistema para realização de pregões eletrônicos; ○ Elaboração e padronização de requisições, termos de referência e editais; ○ Capacitação de servidores para condução de pregões eletrônicos e processos administrativos; ○ Instruções para gestão e fiscalização de contratos; ○ Instruções para gestão de compras, visando a otimização de recursos públicos.
<p>6</p>	<p>ATUALIZAÇÃO DA LEGISLAÇÃO</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Publicação do Decreto Nº 9.488, em 30/AGOSTO/2018 e seus efeitos imediatos e a médio e longo prazos; ▪ Recentes alterações legislativas em caronas; ▪ Publicação do Decreto Nº 9.412/2018 em 18/06/2018 e seus reflexos; ▪ Inclusão na Lei Nº 8.666/2018, de ampla Aplicabilidade; ▪ Alteração no teto do valor para dispensa da Licitação; ▪ Alteração da Lei 13.303/2016 que dispõe do estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.



Veja também-> [Curso Teórico e Prático de Licitação e Pregão,
Contratos Administrativos em Curitiba](#)

*Material desenvolvido para o
treinamento em parceria com o
GrupoTreinar. É proibida a
cópia deste conteúdo, no todo ou
em parte, sem autorização prévia.*
